

EDITORIAL

Motrivivência v. 27, n. 46, p. 6-14, dezembro/2015
--

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2015v27n46p6>

O CONGRESSO NACIONAL, A MÍDIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO LIMIAR DA “PRIMAVERA DAS MULHERES”

*Não me convidaram
Prá esta festa pobre
Que os homens armaram
Prá me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes de eu nascer...*

*Não me ofereceram
Nem um cigarro
Fiquei na porta
Estacionando os carros
Não me elegeram
Chefe de nada
O meu cartão de crédito
É uma navalha...*

*Brasil!
Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Prá gente ficar assim
Brasil!*

*Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim...*

*Não me sortearam
A garota do Fantástico
Não me subornaram
Será que é o meu fim?
Ver TV a cores
Na taba de um índio
Programada
Prá só dizer “sim, sim”*

*Grande pátria
Desimportante
Em nenhum instante
Eu vou te trair
Não, não vou te trair...*

*(Brasil - Cazuza /George Israel/
Nilo Romero, grifos nossos)*

Essa edição da Motrivivência não contém uma seção temática; porém, a exemplo de outros editoriais, nos remetemos a problemáticas da conjuntura nacional

que estão na “ordem do dia” e que, independentemente da área do conhecimento, terminam por inquietar as análises dos intelectuais voltados para as mudanças, desde

as mais singelas até as radicais e necessárias transformações sociais. Neste sentido, optamos por discorrer sobre o conservadorismo do atual Congresso Nacional, atrelado ao capital e à mídia burguesa, que, diuturnamente, cometem traições à democracia, além de maltratar as mulheres com projetos de lei de natureza patriarcal e, portanto, contrários à democracia duramente conquistada. A problemática de gênero como objeto de reflexão neste editorial se insurge uma vez que *Motrivivência* (assim como outros periódicos da área) tem recebido e publicado muitos textos sobre as diversas questões de gênero no campo da Educação Física, esporte e lazer [cumpre lembrar que esse editorial não se trata, necessariamente, de um texto teórico-conceitual sobre as questões de gênero; trata-se mais de incentivar os leitores para realização de pesquisas centradas das problemáticas das políticas atuais de relevância pública].

A epígrafe supracitada, nos versos do compositor, pretende refletir e analisar esses tempos difíceis porque passa a nação brasileira. Tempos que nos remetem a outros tempos de ditadura e conservadorismo na história brasileira. Tempos em que os maus políticos golpistas “mostram a sua cara”. Tempos de discursos midiáticos programados para fazer “a gente dizer sim”!

De fato, estamos vivendo um momento emblemático na vida política e social do país, depois de 12 anos de avanços significativos nas políticas públicas de cunho social. Nessa conjuntura, se destacam o diagnóstico da crise e a cobertura da mídia burguesa e, aliado a esse fenômeno

o crescimento do horizonte sombrio do conservadorismo do Congresso Nacional, especialmente, na Câmara dos Deputados, tendo à frente a figura nefasta do seu presidente, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Com efeito, de acordo com analistas políticos, esse Parlamento é o mais conservador desde 1964. Neste sentido, é preocupante o “avanço” da “vanguarda do atraso” composta, fundamentalmente, pela chamada bancada BBB: *bíblia* (pastores fundamentalistas), *boi* (agronegócio) e *bala* (ligada diretamente à polícia e às empresas de segurança, ao aparato repressivo e contra o estatuto do desarmamento). De acordo com o Levantamento do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), essa “bancada do conservadorismo” é composta por 251 deputados eleitos. A bancada ruralista é composta por 153 deputados; a bancada evangélica, por 75, e a bancada da repressão, por 23¹.

Esses senhores e senhoras representam um retrocesso e ameaça à democracia conquistada a duras penas e constituem um desafio essencial para reorganização das forças progressistas. Aqueles/as, com suas ideologias, comandam a “onda de conservadorismo”, que se amalgama a cada dia no ponto de vista do chamado “ódio de classe”, de raça/etnia (críticas duras às cotas de negros nas universidades), aliado a questões de gênero, como, por exemplo, a homofobia e o Projeto 5.069/13 que, se aprovada pela Câmara dos Deputados, poderá dificultar o acesso das mulheres vítimas de estupro aos procedimentos abortivos previstos em lei.

1 Ver em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Um-horizonte-sombrio-com-o-conservadorismo-do-Congresso-reducao-da-maioridade-e-o-1%25BA-ato/4/33146>

Esse processo de regressão civilizatória pode ser chamado também de “modernização conservadora”, que articula “as forças sócias neoliberais, neoconservadores, conservadores religiosos autoritários e populistas”². Trata-se de uma ideologia que se manifesta nas famílias, nos espaços escolares, nas igrejas, nos órgãos governamentais, enfim, nas instituições de modo geral, pregando em nome de um neopentecostalismo a “defesa da família, da moral e dos bons costumes”. Esses valores são veiculados, principalmente, por lideranças religiosas e pelas redes sociais, expressando muitas vezes um tratamento agressivo, intolerante e violento; além de, é claro, fomentar estigmas e preconceito, sobretudo de gênero.

Como se isso não bastasse, a “caixa de pandora” ora aberta, eivada de conservadorismo, traz consigo o anúncio de retrocessos para a cidadania, em questões de classe, raça/etnia e geração. Em relação às questões geracionais, o horizonte é sombrio para as nossas crianças e jovens empobrecidos, pois, tendo em vista a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição PEC 171/93, de diminuição da maioria penal, poderão estar condenados a aumentar as estatísticas dos presídios insalubres e desumanos do país.

Toda essa ética neoliberal é alardeada e ideologicamente veiculada nas mídias (redes sociais e imprensa falada, escrita e televisada), tendo como pano de fundo

aquilo que os economistas críticos ao conservadorismo chamaram de “diagnóstico terrorista da crise”³. Esse diagnóstico, forjado pelas bancadas neoliberais assumidas ou não, evangélicos e ruralistas, e beneficiado pelo poder de manipulação ideológica dos discursos da mídia empresarial, tem como meta o reordenamento dos despojos do neoliberalismo e a ideologia do Estado mínimo. Nesse sentido, a agenda conservadora se impõe e continua a suprimir o debate de ideias, aumentando a cada dia o tom de desqualificação das críticas que procuram problematizar historicamente as crises do capital na vida econômica e social brasileira. Portanto, é nesse imbróglio entre os descaminhos do Governo de Dilma Rousseff e o “golpismo” da oposição leviana do PSDB e demais partidos à direita, que se situa o perigo de um interrupção do processo da “cidadania em construção”⁴.

Aliás, nesse contexto a mídia tem um papel demolidor das subjetividades desatentas e ocupadas com questões do senso-comum da vida ordinária. Ela, na esteira dos equívocos do atual governo, faz um bombardeio de críticas destrutivas, no sentido de desconsiderar projetos relevantes, pequenos avanços, possibilidades de superação, se propondo de maneira deslavada e cínica a veicular majoritariamente as chamadas “notícias ruins”, conforme afirma o jornalista Sidney Rezende⁵. De acordo com ele, “há uma má vontade dos

2 APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luis A. *Educação Crítica: Análise Internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 22.

3 LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Editorial: Dançando conforme a música*. Ano 9, no. 100, 2015

4 LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Editorial*. Ano 9, no. 100, 2015

5 Palavras do jornalista Sidney Rezende no texto “Chega de notícias ruins” postado em seu blog em www.revistaforum.com.br (12/11/2015). Um dia após a publicação desta postagem, o jornalista foi demitido da Globo News (<http://mauriciostyler.blogosfera.uol.com.br/2015/11/14/na-vespera-da-demissao-rezende-criticou-ma-vontade-da-midia-com-governo/>)

colegas que se especializaram em política e economia. A obsessão em ver no Governo o demônio, a materialização do mal, ou o porto da incompetência, está sufocando a sociedade e engessando o setor produtivo⁶.

De fato, quando assistimos aos noticiários, ficamos perplexos com discursos ideológicos, carregados de ódio pessoal e corporativo, que aponta para uma versão, na maioria das vezes, infiel ao fato ocorrido, ao real. Os discursos são carregados de vingança e de vontade política de deixar patente nas mentalidades a ideia de “fim da história” (fim da utopia, fim dos direitos e outros pontos da agenda econômica, política e social); eles pretendem com essas notícias subestimar a capacidade de abstração e inteligência do povo brasileiro.

Em contrapartida a tudo isso, nós educadores que investigamos sobre o corpo em movimento na história no âmbito das práticas corporais da educação Física e lazer, não podemos deixar de fazer críticas contra-hegemônicas a esse tipo de reflexão e posição epistemológica e ideológica.

Sendo assim, o desafio é fazer críticas aos ajustes e cortes do governo, mas ao mesmo tempo não deixar que os setores da política conservadora e a mídia destruam a democracia e os parcos direitos conquistados com tanta labuta, suor e luta, principalmente no projeto neodesenvolvimentista do PT, cujos projetos de “inclusão social” são favoráveis às lutas pelo reconhecimento de negros, de mulheres e do movimento LGBT. O PT, durante mais de 16 anos, deslocou suas políticas de inclusão para a construção de um bloco político, econômico e social, ganhando

legitimidade com os resultados da economia e, assim, com a presença de setores progressistas na coalizão, conseguiu abrir brechas para os movimentos de cidadania. Isso tudo, se deu, por exemplo, em contraposição ao campo neoliberal mais ortodoxo e, portanto hermético a essas lutas, principalmente à luta da população negra que ameaça os privilégios da alta classe média nas grandes universidades⁶.

Nestes termos, o desafio de enfrentamento é grande, e precisamos admitir que:

o Governo acumula trapalhadas e elas precisam ser noticiadas na dimensão precisa. Da mesma forma que os acertos também devem ser publicados. E não são. Eles são escondidos. Para nós, jornalistas, **não nos cabe juízo de valor do que seria o certo no cumprimento do dever**. Reconheço a importância dos comentaristas. Tudo bem que escrevam e digam o que pensam. Mas nem por isso devem **cultivar a “má vontade” e o “ódio” como princípio do seu trabalho**. Tem um grupo grande que, para ser aceito, simplesmente se inscreve na “igrejinha”, ganha carteirinha da banda de música e passa a rezar na mesma cartilha. Todos iguaisinhos. É hora de mudar. [...] Não temos compromisso com o governo anterior, com este e nem com o próximo. Temos responsabilidade diante da nação. Nós devemos defender princípios permanentes e não transitórios.⁷

Quando se trata da onda de conservadorismo na política, dois episódios são emblemáticos para ilustrar o quanto as mulheres ainda tem que lutar pela efetiva conquista da emancipação das determina-

6 <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Os-reais-motivos-do-inconformismo-da-elite-reacionaria/4/33108>

7 Sidney Rezende, no já referido texto “Chega de notícias ruins” (ver nota 5). Sem grifos no original.

ções de gênero, que lhes impõe uma constante luta pela superação da dominação do patriarcalismo sobre suas vidas cotidianas. Os episódios mostram como o feminismo ainda tem uma longa missão civilizatória na história, desde sempre e daqui por diante. Um exemplo é o episódio relativo à questão n. 01 da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - 2015), cujo tema foi oriundo da frase de Simone de Beauvoir⁸:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

Naquela ocasião, há mais de cinquenta anos, a frase provocou grandes polêmicas nos meios intelectuais. A expressão causou impacto e se espalhou pelo mundo. Desde então, mulheres das mais diferentes posições, militantes e estudiosas passaram a repeti-la quase como um mantra feminista. Elas interpretavam que a autora queria indicar que “o modo de ser e de estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção. Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”⁹.

Posteriormente, a frase foi alargada, passando a ser compreendida também no âmbito do masculino, ou seja, significa dizer que,

fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há de puramente natural e dado em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Portanto, [...] é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente¹⁰.

Esses eram os significados atribuídos com essa reflexão filosófica de Beauvoir. Todavia, a frase causou grande polêmica nas redes sociais por parte de representantes de comunidades conservadoras. Muitas opiniões do senso-comum advinham de setores evangélicos ou mesmo de pessoas que, com seus ataques, demonstravam desconhecer o significado da citação. Por esse motivo, proferiam apelos fundamentalistas e xingamentos contra Simone de Beauvoir nos discursos proferidos nas mensagens, tais como: “socialista, comunista, nazista (!)”. Numa verdadeira aula de ignorância conservadora, a Câmara de Vereadores de Campinas/SP pretendeu aprovar uma moção de repúdio a.... Simone de Beauvoir!¹¹

Apesar desse quadro retrógrado, nem tudo está perdido. Tivemos recente-

8 BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

9 LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008, p. 17.

10 Idem nota 9.

11 Ver em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/10/nao-e-sensacionalista-vereadores-de-campinas-sp-aprovam-mocao-de-repudio-a-simone-de-beauvoir/>

mente o que passou a ser chamado de “A Primavera das Mulheres”¹², ou “as mulheres contra o que é cruel e desumano”. Elas foram às ruas e se expressaram nas redes sociais, demonstrando com essa atitude ter criado um dos mais importantes movimentos sociais na atualidade. Mulheres de diversas gerações partem decididas, dispostas a lutar contra toda forma de opressão, violência e assédio dos homens. A mobilização delas tem um sentido profundo e necessário; elas decidiram lutar contra o conservadorismo do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e seus pares conservadores do Congresso, que decidiram desperdiçar energia na defesa do projeto de lei 5.069, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça - mas ainda não sancionado em plenário. A pretensão desta bancada machista e conservadora é confiscar o direito legal de realizar um aborto seguro em casos de estupro, sem precisar de boletim de ocorrência (B.O.) nem da realização do exame de corpo delito, além de proibir que profissionais da saúde receitem a “pílula do dia seguinte” a mulheres vítimas de estupro que não tenham registrado o B.O. e feito o exame de corpo de delito. Coibindo o aborto das vítimas de violência sexual, a tendência é aumentar a dor e a humilhação dessas mulheres.

A luta das mulheres passa pelo direito de fazer o que quiserem com o corpo e, portanto, é uma questão de saúde pública e não de religião. Por isso, é fundamental perceber a luta pela legalização do aborto

como uma questão política, no âmbito das demais políticas da saúde. É preciso compreender que, quando o aborto é legalizado, há mais facilidade de acesso a serviços de saúde pública, permitindo, assim, que as pacientes sejam educadas corretamente sobre os métodos contraceptivos e recebem esses recursos gratuitamente.

Em suma: a centralidade da “Primavera das Mulheres” é a luta contra o conservadorismo do Congresso e pelo direito a políticas públicas de saúde que priorizem a liberdade de escolha sobre seu próprio corpo¹³. As recentes lutas das mulheres instaura uma nova forma de resistência ao patriarcado reacionário, principalmente, no enfrentamento do ideário neoliberal e neoconservador, que vê as mulheres como mercadoria, prevendo, assim, o controle sobre a cultura e o corpo feminino. Em suma, não se pode esquecer que a luta das mulheres nas ruas e nas redes sociais é, antes de tudo, uma luta política feminista contra a dominação masculina, que se estabeleceu historicamente sob a forma de patriarcalismo, podendo ser compreendido como “uma das estruturas sobre a qual se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar. Para que esta autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, a política, a legislação e a cultura”.¹⁴

12 REVISTA ÉPOCA. *A primavera das mulheres; as mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país*. Edição 09 - 09 de novembro de 2015.

13 REVISTA ÉPOCA. *A primavera das mulheres; as mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país*. Edição 09 - 09 de novembro de 2015, 76-77.

14 CASTEL, Manuel. *O poder da identidade*. Vol II. São Paulo: paz e terra, 1999, p. 178.

Postas essas questões, o nosso desafio enquanto intelectuais críticos e transformadores é, simultaneamente, ter a percepção de múltiplas dinâmicas que sustentam as relações de dominação e exploração em nossa sociedades, lutando na teoria e na prática por questões, que dizem respeito à “política de redistribuição” (processos e dinâmicas econômicas de exploração)¹⁵ e pelas “políticas do reconhecimento” (lutas culturais contra a dominação e lutas pela identidade de gênero). Nesta perspectiva, as lutas contra o patriarcado hegemônico no Congresso Nacional precisam ser consideradas em conjunto, isto é, junto com os diversos temas das políticas públicas e sociais no ponto de vista de classe, geração, raça/etnia, cultura, família e outras categorias analíticas.

Feitas essas considerações sobre o tema do gênero e a posição reacionária de parcela significativa da sociedade e do Congresso Nacional, damos continuidade a este editorial com algumas informações relevantes.

A primeira delas diz respeito à Chamada aos Autores para uma Seção Temática, já disposta em nossa página¹⁶, para pensarmos a proposta de Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. Nesse sentido, a ementa da chamada está assim formulada:

A Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica e a Educação Física

O Ministério da Educação, cumprindo o que determina a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, colocou em discussão pública o documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNC). No texto de apresentação, o então Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro afirma que o “BNC vai deixar claros os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio” (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>).

No documento, a Educação Física insere-se na Área das Linguagens e, nesse contexto, é compreendida como o componente curricular cuja responsabilidade é “tratar das práticas corporais na escola como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando aos/às estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos necessários à formação plena do cidadão” (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC_LIN&tipoEnsino=TE_EF).

Os primeiros posicionamentos públicos a respeito da proposta de BNC têm expressado expectativas e críticas, sendo que estas últimas vão desde o modo de produção do documento, pouco participativo, ao pouco tempo em que o mesmo

15 FRASER, apud APPLE, Micael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luis A. *Educação Crítica: Análise Internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 14-15.

16 Ver em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/announcement>

foi disponibilizado para a discussão. Surgem questionamentos inclusive sobre a necessidade e os reais interesses de elaboração de um currículo mínimo nacional, como está sendo chamada.

Nesse sentido, Motrivivência resolveu fazer uma chamada para uma Seção Temática aos pesquisadores da área para que expressem sua opinião e defendam seus pontos de vista, qualificando o debate e o próprio documento em discussão. Queremos compreender se faz mesmo sentido uma base nacional para os currículos da Educação Básica; se a forma de organização por áreas do conhecimento atende a toda a diversidade de saberes e fazeres a serem tematizados na educação escolar; se a inserção da Educação Física no campo das Linguagens, a partir das práticas corporais, está de acordo com os atuais movimentos do componente curricular e do campo acadêmico-científico da área; se os objetivos gerais e específicos propostos para a Educação Física escolar, como direitos de aprendizagem, abarcam as suas generalidades e as suas especificidades, tanto nos eixos curriculares quanto nos temas integradores com outros componentes, no ensino básico, na educação infantil, na educação inclusiva, de jovens e adultos, etc.

Estão todos convidados. Submissões serão aceitas até o dia 31/05/2016 e nossa pretensão é publicar os textos aprovados na edição n. 48, de setembro de 2016.

Outra informação é quanto à nossa homenageada dessa edição. A professora Rossana Valéria de Souza e Silva integra o Conselho Científico da Motrivivência desde 1997. Depois de várias inserções acadêmicas na Universidade de Uberlândia, onde criou e dirigiu por vários anos o NUTESSES – Núcleo de Teses e Dissertações da Educação Física Brasileira, Rossana,

agora na UnB, envolveu-se organicamente no campo das relações internacionais na esfera dos intercâmbios acadêmicos e da formação de professores, atuando em diferentes organismos e programas multilaterais, como o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras e o Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI/CAPES, entre tantos outros. Para homenagear a professora Rossana, pedimos a contribuição sempre relevante e permanentemente disponível da colega Lara Regina Damiani, professora aposentada do DEF/CDS/UFSC e ex-editora adjunta da Motrivivência, a quem somos muito gratos pelo belíssimo texto.

A foto de capa dessa edição volta a ser uma contribuição direta do companheiro Marcio Romeu Ribas de Oliveira (DEF/UFRN). “Crianças indígenas brincando no Rio Uaçá” é um registro digital feito por ele na Aldeia Manga, região do Oiapoque, no Estado do Amapá, no ano de 2011.

Por fim, mas não menos importante, queremos nos regozijar e agradecer pelo crescente interesse dos autores em buscar a Motrivivência para publicar suas produções. De fato, o ano de 2015, com a confirmação da elevação do status da revista no Qualis/CAPES e a mudança de periodicidade de publicação das edições, representou um ponto de inflexão no fluxo de submissões à Motrivivência. Junto com o agradecimento pela confiança, queremos também esclarecer que, em vista desse acréscimo de novos textos para avaliação e da proximidade do final do ano, período em que o fluxo de avaliação por parte dos nossos pareceristas sempre arrefece, antecipamos a decisão editorial de suspender novas submissões, já tomada em anos anteriores, agora no período entre 23/11/2015 e 31/01/2016. Temos certeza de que os pesquisadores

e colaboradores compreenderão nossa decisão e continuarão a nos prestigiar no próximo ano.

Para finalizar, cumpre agradecer a todos/as que estiveram conosco neste significativo ano de 2015 e compartilharam a produção da Motrivivência. Resistimos! Avançamos! Crescemos! No momento em que finalizamos esse editorial, ainda sem a publicação da presente edição (final de novembro/2015), a estatística da página da revista mostra um total superior a 150 mil

acessos de IPs únicos no ano, um acréscimo de 26% em relação a 2015. Muito obrigado!

Boa leitura a todos/as; em 2016 estaremos de volta!

Florianópolis, dezembro/2015.

Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
Rogério Santos Pereira
Editores